



**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS  
MESA DIRETORA**

**PROJETO DE LEI Nº 192/2017**

**INSTITUI** o Sistema de Controle Interno (SCI) e estabelece normas gerais sobre a fiscalização da Câmara Municipal de Manaus.

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** Fica instituído e organizado o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, que abrange toda a administração, nos termos do que dispõe o art. 31 da Constituição da República.

**CAPÍTULO II  
DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, DA  
FISCALIZAÇÃO E SUA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2.º** O Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Manaus, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores da Câmara Municipal de Manaus, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, tem as seguintes atribuições:

**I** - avaliar, no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas e dos orçamentos da Câmara Municipal de Manaus;

**II** - comprovar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados dos programas, quanto à eficácia, a eficiência e a efetividade da gestão nos diversos departamentos e órgãos da Administração da Câmara Municipal de Manaus, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

**III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara Municipal de Manaus;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

**IV** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

**V** - realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar;

**VI** - supervisionar as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000;

**VII** - efetuar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da LC nº 101/2000;

**VIII** - realizar o controle sobre o cumprimento do limite de gastos da Câmara Municipal de Manaus, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais, nos termos da Constituição Federal e da LC nº 101/2000, informando o Chefe do Poder Legislativo Municipal sobre a necessidade de providências e, em caso de não atendimento informar ao Tribunal de Contas do Estado;

**IX** - cientificar a(s) autoridade(s) responsável (eis) quando constadas ilegalidades ou irregularidades na administração da Câmara Municipal de Manaus.

### **CAPÍTULO III**

## **DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

### **Seção I**

#### **Da Unidade Central do Sistema de Controle Interno**

**Art. 3.º** Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal todos os órgãos e agentes públicos da administração da Câmara Municipal de Manaus.

**Art. 4.º** A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Controladoria Geral da Câmara Municipal de Manaus, como órgão central, com o auxílio dos serviços seccionais de controle interno.

**§1.º** Os serviços seccionais da Controladoria Geral da Câmara são serviços de controle, sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central do Sistema, sem prejuízo da subordinação aos órgãos em cujas estruturas administrativas estiverem integrado.

**§2.º** Para o desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, a Controladoria Geral poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no âmbito da Câmara Municipal de Manaus, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer dúvidas sobre procedimentos de controle interno.

**§3.º** As unidades setoriais da administração relacionam-se com a Controladoria Geral da Câmara Municipal de Manaus no que diz respeito às instruções e orientações normativas de caráter técnico administrativo e ficam



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

adstritas às auditorias e às demais formas de controle administrativo instituídas pela Unidade Central de Controle Interno, com o objetivo de proteger o patrimônio público contra erros, fraudes e desperdícios.

## **Seção II**

### **Dos deveres da Controladoria perante irregularidades no Sistema de Controle Interno.**

**Art. 5.º** A Controladoria Geral cientificará mensalmente, por meio de relatório, o Chefe do Poder Legislativo, sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo o documento conter, no mínimo:

**I** - as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da Câmara Municipal de Manaus;

**II** – a apuração dos atos ou fatos inquinados ilegais ou de irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos da Câmara Municipal;

**III** – a avaliação do desempenho das entidades da administração da Câmara Municipal de Manaus.

**§1.º** Constatada irregularidade ou ilegalidade pela Controladoria Geral da Câmara Municipal de Manaus, esta cientificará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

**§2.º** Não havendo a regularização relativa à irregularidades/ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Chefe do Poder Legislativo Municipal e arquivado na Controladoria Geral, ficando à disposição do Tribunal de Contas do Estado.

**§3.º** Caso o Presidente da Câmara Municipal de Manaus não tome as devidas providências para a regularização da situação apontada, a Controladoria Geral deve comunicar o fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilização solidária.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS NORMAS GERAIS SOBRE A FISCALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**

**Art. 6.º** A fiscalização da Câmara Municipal de Manaus organizada sob a forma de Sistema de Controle Interno, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/2000, tomará



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

**Art. 7.º** Para os fins desta Lei considera-se:

**I** - Controle Interno: conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

**II** - Sistema de Controle Interno: conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de uma unidade central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno;

**III** - Auditoria: minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria.

## **CAPÍTULO V**

### **DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Art. 8.º** O Sistema de Controle Interno – SCI será coordenado pelo Controlador Geral, sendo ele servidor efetivo ou comissionado, o qual se manifestará através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

**Art. 9.º** No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Resolução, o Controlador do SCI poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória no âmbito do Legislativo Municipal de Manaus, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.

**Art. 10.** Para assegurar a eficácia do controle interno, o SCI efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos de auditoria.

**Art. 11.** O responsável pelo SCI deverá encaminhar a cada três meses, relatório geral de atividades ao Chefe do Poder Legislativo Municipal.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

**Art. 12.** Verificada a ilegalidade de ato(s) ou contrato(s), o SCI de imediato dará ciência ao Chefe do Legislativo, conforme onde a ilegalidade for constatada e comunicará também ao responsável, a fim de que o mesmo adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

**Parágrafo único.** Em caso de não tomada de providências pelo Presidente da Câmara Municipal para a regularização da situação apontada em 60 (sessenta) dias, o SCI comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilização solidária.

**CAPÍTULO VII**  
**DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO**

**Art. 13.** No apoio ao Controle Externo, o SCI deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

**I** – organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatório organizados, especialmente para verificação do Controle Externo;

**II** – realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** A Tomada de Contas dos Administradores e responsáveis por bens e direitos da Câmara Municipal de Manaus e a prestação de contas do Chefe do Poder Legislativo Municipal, será organizada com o auxílio da Controladoria Geral.

**Parágrafo único.** Constará da Tomada e Prestação de Contas de que trata este artigo, relatório resumido da Controladoria Geral sobre as contas tomadas ou prestadas.

**Art. 15.** O servidor lotado no SCI deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

**Art. 16.** O servidor do SCl deverá ser incentivado a receber treinamento específico e participar, obrigatoriamente:

**I** – de qualquer processo de expansão da informatização da Câmara Municipal, com a vista a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

**II** – do projeto de implantação do gerenciamento pela gestão da eficiência da Câmara;

**III** – de cursos relacionados à sua área de atuação;

**IV** – dos cursos e treinamentos disponibilizados pelos Tribunais de Contas.

**Art. 17.** O Poder Legislativo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão, sindicato ou associação, poderá ser informado sobre os dados oficiais da Câmara Municipal de Manaus relativo à execução dos orçamentos.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 15 de junho de 2017.

**Maurício Wilker de Azevedo Barreto**  
Presidente da Câmara Municipal de Manaus

**Luis Felipe Silva de Souza**  
1º Vice-Presidente

**Reizo Felício da Silva Castelo Branco Maués**  
2º Vice-Presidente

**Fred Willis Mota Fonseca**  
3º Vice-Presidente



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
**MESA DIRETORA**

**INSTITUI** o Sistema de Controle Interno (SCI) e estabelece normas gerais sobre a fiscalização da Câmara Municipal de Manaus.

**Carmem Glória Almeida Carratte**  
Secretária Geral

**André Luiz Siqueira de Souza Cruz**  
1º Secretário

**Isaac Tayah**  
2º Secretário

**Carlos Renê de Souza Fernandes**  
3º Secretário

**Diego Roberto Afonso**  
Corregedor

**Everton Assis dos Santos**  
Ouvidor



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**  
***MESA DIRETORA***

**JUSTIFICATIVA**

A referida matéria visa atender dispositivo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas que editou a Resolução nº 09 de 27 de setembro de 2016 dispondo sobre as diretrizes a serem observadas na estruturação do Sistema de Controle Interno Municipal.